



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalizada destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 7, 8, 9 e 10, de 2008.

Passo, de imediato, à leitura do Expediente.

I - Correspondência interna recebida.

Expedientes encaminhados pelos Coordenadores de Bancada, indicando ações de emendas aprovadas no projeto de lei orçamentária para 2008 que não contam do PPA 2008/2011:

1) Ofício nº 30, de 14 de maio, do Coordenador da Bancada do Amazonas, Deputado Átila Lins.

2) Ofício nº 06, de 13 de maio, do Coordenador da Bancada do Rio de Janeiro, Deputado Hugo Leal.

3) Ofício nº 58, de 12 de maio, do Coordenador da Bancada de Minas Gerais, Deputado Virgílio Guimarães.

4) Ofício nº 30, de 15 de maio, do Coordenador da Bancada de Alagoas, Deputado Augusto Farias.

5) Ofício nº 109, de 15 de maio, do Coordenador da Bancada do Pará, Deputado Paulo Rocha.

6) Ofício nº 336, de 2008, de 19 de maio, do Coordenador da Bancada do Estado de Goiás, Deputado Jovair Arantes.

Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão e deferidas pelo Presidente:

1) Ofício nº 181, de 23 de abril, do Senador Gilberto Goellner, justificando ausência no dia 17 de abril.

2) Ofício nº 598, de 16 de abril, do Deputado William Woo, justificando ausência no período de 22 a 30 de abril.

Expedientes encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão indeferida pelo Presidente:

1) Ofício nº 429, de 24 de abril, do Deputado Osvaldo Reis.

Expediente solicitando retificação de emendas apresentadas ao PLN nº 30/2007-CN (PLOA 2008):



- 1) Ofício nº 68, de 13 de maio, do Deputado Beto Albuquerque.
- 2) Ofício nº 129, de 13 de maio, da Senadora Lúcia Vânia.
- 3) Ofício nº 26, de 14 de maio, do Deputado Zenaldo Coutinho.
- 4) Ofício nº 149, de 15 de maio, do Deputado Hidekazu Takayama.

Expedientes indicando os Coordenares de Bancadas Estaduais para 2008:

Ata da reunião da Bancada do Estado do Amapá, indicando o Deputado Jurandil Juarez Coordenador interino para o período de 22 de abril a 24 de agosto de 2008, em substituição ao Senador Gilvam Borges.

Expediente com indicações para entregar o Comitê Permanente de Avaliação das Informação sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):

1) Ofício nº 231, de 14 de maio, do Coordenador da Bancada do PT, na CMO, Deputado Carlos Zarattini, indicando o Deputado José Guimarães.

Expedientes com indicações para entregar o Comitê Permanente da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) Ofícios nºs 234 e 236, de 14 de maio, do Coordenador da Bancada do PT na CMO, Deputado Carlos Zarattini, indicando os Deputados Leonardo Monteiro e Leonardo Monteiro, respectivamente.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária:

1) Ofício nº 231, de 14 de maio, do Coordenador da bancada do PT na CMO, Deputado Carlos Zarattini, indicando o Deputado Antônio Carlos Biffi.

2) Ofício nº 404, de 2 de maio, do Líder do Bloco, Deputado Henrique Eduardo Alves, indicando os Deputados Eduardo Amorim — PSC e Natan Donadon.

Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita:

1) Ofício nº 231, de 14 de maio do Coordenador de bancada do PT na CMO, Deputado Carlos Zarattini — S.Exa. é o Deputado que certamente mais envia correspondência, mais trabalha, mais dedicado, mais competente —, indicando o Deputado Gilmar Machado.

II - Correspondência externa recebida.



1) Ofício nº 071/2008, de 15 de maio, do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, convidando o Presidente da CMO para compor o painel de abertura do Seminário Internacional *Saída para o Pacífico e Áreas de Livre Comércio, Oportunidade de Integração e Desenvolvimento*, que será realizado nos dias 6 e 7 de junho de 2008.

Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Aviso Seses de 14 de maio:

1) Aviso nº 492/2008 (Acórdão 870/2008): obra de construção da Aduana do Oeste, no Estado de Pernambuco.

2) Aviso nº 497/2008 (Acórdão 871/2008): obra de construção e fornecimento do sistema de extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo.

Terminada a leitura do expediente, desejo, em primeiro lugar, comunicar que, ontem, à tarde, fizemos uma reunião com os Coordenadores de Bancadas, muitos dos quais estão aqui presentes, na qual a Relatora da LDO, Senadora Serys Slhessarenko, fez um resumo do seu relatório preliminar, uma peça eminentemente técnica, a respeito da qual S.Exa. despendeu esforço extremo para conseguir elaborá-lo até sexta-feira, a fim de cumprir o prazo desta Comissão.

É preciso ressaltar que, antes de quinta-feira, fizemos uma reunião com os Coordenadores de Bancadas para tratar, como os senhores se lembram, das pendências existentes em relação ao Orçamento de 2008, ocasionadas pelos vetos presidenciais ao PPA e ao próprio Orçamento.

Já encaminhamos — comunico oficialmente à Comissão — todas as questões levantadas pelos Coordenadores e pelas bancadas ao Ministro do Planejamento. O Governo tem prazo até 20 de junho para publicar decreto fazendo as adaptações ao PPA.

Paralelamente, enviamos expediente ao Ministro solicitando que essa publicação ocorra o mais cedo possível, para que possamos encerrar de uma vez por todas o Orçamento de 2008 e entrar nas tratativas para o Orçamento de 2009.

Tenho contado com a extraordinária colaboração dos membros da Comissão, com um quadro de Líderes partidários “imelhorável” e um conjunto de



Coordenadores de Bancada dedicados, atuantes, que querem fazer mesmo a diferença no trabalho da Comissão de Orçamento.

E tem sido assim com a participação de cada um dos senhores, do Relator do Orçamento, o Senador Delcídio Amaral, da Relatora da LDO, a Senadora Serys Slhessarenko, que tem cumprido fielmente seus prazos com o sacrifício da própria agenda, dos Srs. Vice-Presidentes e dos Relatores já designados.

Quero ainda fazer um esclarecimento aos Deputados: o Presidente não deixou de designar comitês, mas o fez apenas em relação aos acordos partidários que existiam. Como os senhores sabem, eu tenho de designar os comitês de acordo com a proporcionalidade partidária.

A Liderança do bloco formado pelo PMDB e pelo PT indicou o Sr. Eliseu Padilha para o Comitê de Admissibilidade de Emendas, e o Presidente providenciou a nomeação do Coordenador do Comitê, até porque, quando da análise da LDO, esse comitê precisa estar funcionando.

Por indicação do Bloco DEM/PSDB, designei na segunda-feira o Deputado Jorge Houry para Coordenador da Receita.

Falta designar coordenadores para 2 comitês: o de fiscalização e o de obras irregulares. Isso será feito de acordo com a evolução das tratativas, para o que nós temos a reunião no dia 27.

Nada o Presidente faz sem respaldo na resolução baixada na Comissão passada, fruto da luta dos seus integrantes, e isso, tenho certeza, vai fazer que esta Comissão Orçamento tenha um trabalho diferenciado.

Quero também comunicar que as bancadas da Paraíba, de Santa Catarina, do Pará e do Distrito Federal ainda não encaminharam à Comissão o levantamento das suas emendas de bancada, o que fatalmente, lá na frente, vai ocasionar problema. Quem sabe não haja problema nenhum, esteja tudo em ordem — que bom! Agora, é bom destacar que eu tenho considerado em ata essas questões como fundamentais.

Por outro lado, temos um prazo muito curto, a partir de agora. Temos eleição neste ano e temos de cumprir o prazo de votação do Orçamento. Então, com o Relator do Orçamento, Senador Delcídio Amaral, já estamos fazendo um exercício do calendário para a votação do Orçamento. Alguns poderão perguntar: *"Mas como,*



*Presidente, nós vamos fazer um calendário do Orçamento sem que ele tenha dado entrada no Congresso Nacional?"* Eu pedi à Secretaria que fizesse uma projeção do nosso calendário, caso o Orçamento desse entrada no prazo constitucional. E nós veremos que o calendário é extremamente preocupante do ponto de vista dos prazos.

A Câmara dos Deputados está vivendo um momento especial, um momento extraordinário. Conseguiu terminar uma série de medidas provisórias que obstaculizavam a pauta. A Câmara dos Deputados votou matérias relevantes na semana passada e vai voltar a apreciar matérias relevantes esta semana. Neste fim de semana, os Deputados já falamos de coisas diferentes nas entrevistas, como a questão da segurança pública, a PEC dos Vereadores etc. A Câmara começa, novamente, a viver o seu dia-a-dia. Seria fundamental, então, que cumpríssemos nosso calendários e apreciássemos o Orçamento na data aprazada.

Por outro lado, tenho, como Presidente, uma vontade muito grande de fazer com que a Comissão Mista de Orçamentos seja conhecida no País, por meio dos membros que a integram. Assim, é importante que os seus membros falem pela Presidência, digam o que mudou na Comissão de Orçamento, ressaltem o trabalho que a Câmara vem fazendo há muito tempo, porque as pessoas não sabem disso. No nosso *site*, são registradas reuniões de que o Presidente realiza no seu gabinete. Tudo é feito de forma transparente: por exemplo, que não podemos mais participar 2 anos da Comissão e outras normas que precisamos passar para a opinião pública.

*(Fazendo soar as campainhas.)*

Estou tendo dificuldades de compreensão. E não pensem que eu estou falando por ser falante. Estou cumprindo uma exigência regimental. Se os Deputados quisessem ajudar, eu agradeceria.

Precisamos tratar de algumas questões novas. Por exemplo, dispomos de 5 regiões para levar o debate público do Orçamento. Se os prazos forem cumpridos, por que não podemos fazer, ao invés de 5 regiões, 10 Estados?! Por que não podemos fortalecer as bancadas dos Estados, a figura do Deputado Federal. Temos de aprender a dar valor às bancadas federais dos Estados.

Estamos intervindo no Orçamento para levar dinheiro para a ponta, para pensar no dinheiro da Saúde, que não chega, para lembrar de obras fundamentais,



para encaminhar questões que são gargalos para o desenvolvimento dos nossos Estados. Então, quanto mais Estados pudermos estar presentes, melhor O Presidente vai fazer o máximo esforço para estar em todos. O Senador Delcídio Amaral, Relator do Orçamento, tem a mesma intenção. E a Relatora da LDO, a Senadora Serys Slhessarenko, vai nos acompanhar, de forma que possamos realizar esse trabalho de forma permanente.

Então, eu quero agradecer a colaboração das Lideranças partidárias.

E, graças ao esforço da Secretária da Comissão, listamos os Estados que ainda não apresentaram o levantamento das emendas de bancada ao Orçamento de 2008. São eles: Acre. *(Pausa.)* Há algum Deputado do Acre presente? Não estou vendo. Amapá. *(Pausa.)* Não estou vendo nenhum Deputado do Amapá. Rondônia. *(Pausa.)*

Deputada Marinha Raupp, não recebemos ainda o levantamento da bancada de Rondônia.

**A SRA. MAURINHA RAUPP** - Eu fico responsável por fazer contato com o Coordenador e, em seguida, entregar à Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Eu agradeço, porque o levantamento de todos os Estados já seguiram.

Roraima. *(Pausa.)* Também Não vejo nenhum Deputado de Roraima. Santa Catarina. *(Pausa.)*

Deputado Carlito Merss, Santa Catarina ainda não encaminhou a relação das emendas.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Vou cobrar isso agora. O Fórum está reunido agora, e vou lá cobrar isso do Deputado José Carlos Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Distrito Federal. Já avisei ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

Ceará. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - É estranho, mas eu vou cobrar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Como é estranho, Deputado?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Mas não é o Senador Inácio Arruda?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu não sabia. Só para lembrar. O prazo...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, é bom lembrar que nós, membros da Comissão, automaticamente não somos Coordenadores de Bancadas. Por isso que tem esse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Paraíba. *(Pausa.)*

Paraíba também...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, por gentileza, qual é o prazo e qual é o documento necessário?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É um levantamento que as bancadas estão fazendo para que o PPA possa ser compatibilizado com Orçamento votado.

Houve determinado movimento por parte do Governo, principalmente no que diz respeito ao Ministério dos Transportes, e as rodovias em construção saíram no Orçamento apenas com verbas para conservação e melhoramentos, o que impede a continuação da obra. Estou citando um caso, mas existem outros que precisam ser corrigidos para que as coisas possam fluir do ponto de vista da responsabilidade.

O Rio de Janeiro já encaminhou todas as suas questões. *(Pausa.)*

Como acho importante fazermos as coisas de comum acordo, peço a anuência do Plenário para suspender os trabalhos por 5 minutos.

**(Não identificado)** - De acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Estão reabertos os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento destinados à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 7, 8, 9 e 10, de 2008.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, pelo fato de cópias terem sido distribuídas antecipadamente.



Não havendo discussão e, conforme o estabelecido na alínea f, do art. 8, do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de abril de 2008; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 29 de abril de 2008; 3ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de maio de 2008.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra Sra. Relatora.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Sr. Presidente, requiro a V.Exa., ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja promovida a inversão da pauta desta reunião extraordinária, no sentido de apreciar imediatamente o Relatório Preliminar ao PLDO 2009.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Em discussão o requerimento da Sra. Relatora.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, tendo em conta os precedentes que envolveram a elaboração do Relatório da Senadora Serys Slhessarenko, estamos de acordo com a preferência que S.Exa. solicita.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - O PMDB apoia a proposta da Senadora Serys de inversão da pauta, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - O PT, na Câmara, também apoia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vejo que há concordância no Plenário.

Está aberta a discussão. *(Pausa.)*



Não havendo quem queira discutir, submeto-o à votação pelo Plenário.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado o requerimento formulado pela Senadora Serys Slhessarenko de inversão da Ordem do Dia.

Passo imediatamente ao item 1 da Pauta nº 10.

Relatório preliminar apresentado com emendas sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2008-CN, que 'dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, e dá outras providências'.

Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar, nos termos apresentados pela Relatora.

Foi apresentado adendo ao Relatório.

A Sra. Relatora está com a palavra, para apresentação do Relatório Preliminar e do adendo.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, Srs. Senadores, Relatório Preliminar sobre o Projeto de Lei nº 1, de 2008-CN, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2009, e dá outras providências".

Relatório

Tendo em vista que não há alteração na Parte 1 do Relatório Preliminar entregue à Comissão, apresentamos a Parte 2 do Relatório, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas.

Com amparo no art. 86, da Resolução nº 1, de 2006, foram apresentadas 59 emendas ao presente Relatório Preliminar. Desse total, o parecer é pela aprovação de 12 emendas, pela aprovação parcial de também 12 emendas, pela



inadmissibilidade de 14 emendas e pela rejeição das demais 21 emendas, na forma dos Relatórios anexos.

Assim, o texto da Parte Especial, a seguir, reflete as alterações efetuadas no Relatório anteriormente apresentado por esta Relatoria, em decorrência de emendas com parecer pela aprovação e pela aprovação parcial. Parte Especial Normativa.

#### 2.1 Da apresentação e do número de emendas.

2.1.1 As emendas ao PLDO 2009 serão oferecidas sobre as seguintes partes do projeto de lei:

- a) texto do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (págs. 1 a 60 do Avulso);
- b) Anexo I - Metas e Prioridades (págs. 61 a 75 do Avulso);
- c) Anexo II - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados (págs. 76 e 77 do Avulso);
- d) Anexo III - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 (págs. 78 a 82 do Avulso);
- e) Anexo IV. 12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (pág. 244 do Avulso);
- f) Anexo V - Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho (págs. 245 a 248 do Avulso:).

2.1.2 Considera-se como emenda ao texto a que propõe alteração das partes do PLDO 2009, de que tratam as alíneas “a”, “c”, “d”, “e” e “f” do item 2.1.1.

2.1.3 Considera-se como emenda ao Anexo de Metas e Prioridades aquela de que resulte acréscimo ou cancelamento de meta de cada ação que o componha, bem como a inclusão de nova ação e correspondente meta.

2.1.3.1 A emenda de cancelamento de meta do Anexo I é aquela destinada ao cancelamento integral ou parcial de meta física de ação que o integre.

2.1.4 Não há limite ao número de emendas de texto proposta ao PLDO 2009, nem ao número de emendas de cancelamento proposta ao Anexo I.

2.1.5 Faculta-se às comissões permanentes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, às bancadas estaduais e Congresso Nacional, aos Deputados Federais e aos Senadores a proposição de emendas às partes do PLDO 2009 de que trata o item 2.1.1. Denominam-se coletivas as emendas de bancada estadual e de comissão permanente e individuais as de Deputado Federal e Senador.



2.1.6 A propositura de emendas que implique acréscimo em ação ou inclusão de nova ação, relativas ao Anexo I, sujeita-se aos seguintes limites;

a) 5 (cinco) emendas por comissão permanente na Câmara dos Deputados e do Senado Federal;

b) 5 (cinco) emendas para bancada estadual do Congresso Nacional;

c) 5 (cinco) emendas por Deputado Federal ou por Senador.

2.1.7 A emenda proposta ao Anexo I deve ser justificada e identificar o programa, a ação, o produto, a unidade de medida e a meta física correspondente, vedado o uso de outros elementos de qualificação ou quantificação da prioridade ou da meta pretendida.

2.1.8 O menor nível de detalhamento do Anexo I corresponde ao da ação orçamentária, como definida na Lei do Plano Plurianual 2008/2011.

## 2.2 Dos Critérios de Admissibilidade de Emendas

2.2.1 Somente será admitida a emenda que atenda às disposições constitucionais legais e regimentais, particularmente:

a) à necessária compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual 2008/2011, nos termos do § 4º do art. 166 da Constituição Federal, em todos os casos;

b) quando proposta ao Anexo I, ao disposto no art. 90, da Resolução nº 1, de 2006-CN, inadmitindo-se a emenda que proponha a inclusão de programa ou ação que não integre a Lei do Plano Plurianual 2008/2011.

2.2.2 A emenda deve referir-se a ação que deva ser executada no âmbito do orçamento fiscal o do orçamento da seguridade social.

2.2.3 As emendas de comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal devem, a fim de que sejam admissíveis:

a) fazer-se acompanhar da ata da reunião em que se decidiu por sua propositura;

b) cingir-se às competências regimentais correspondentes;

c) representar interesse nacional, entendendo-se por interesse nacional a ação cuja execução deva ocorrer em nível nacional ou, se executada em localidade específica, gere benefícios em proveito de duas ou mais regiões;



2.2.4 As emendas de bancada estadual devem fazer-se acompanhar da ata da reunião em que se decidiu por sua propositura, nos termos do disposto no art. 47, inciso I, da Resolução nº 1 de 2006-CN.

2.2.5 A Comissão Mista de Orçamento somente receberá as emendas coletivas se se fizerem acompanhar da ata da reunião em que se deliberou por sua propositura.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Pedindo vênica, quero atalhar a Senadora Serys Slhessarenko para solicitar que a redação do item 2.2.5, estivesse mais preñhe de sabor idiomático, para não haver aquele cacófato “se se *fizerem acompanhar*. Poderíamos, Sra. Senadora, fazer a inversão do período: somente receberá as emendas quando acompanhadas. Ficaria mais elegante, penso eu, e a Comissão daria mostras de s competência também na área.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Obrigada, Sr. Deputado.

Continuo, Sr. Presidente.

2.2.6 O Comitê de Admissibilidade de Emendas proporá à Comissão Mista de Orçamento, no uso de suas competências exclusiva, definidas pelo art. 25 da Resolução nº 01, de 2006-CN, a inadmissão da emenda proposta às partes do PLDO 2009 de que trata o item 2.1.1. É vedado ao Relator apresentar emenda que implique acréscimo ou inclusão de meta no Anexo I, salvo para corrigir erro ou suprir omissão de ordem técnica ou legal, desde que o faça justificadamente.

2.2.7 O disposto no item 2.2.7 não impede o Relator de:

a) alterar o produto ou a unidade de medida da meta identificada na emenda proposta, bem como promover ajustes de ordem técnica ou legal na programação constante da emenda, com a finalidade de adequá-la à programação constante do Plano Plurianual 2008/2011;

b) reduzir o valor da meta constante da emenda proposta, desde que o faça para adequá-lo ao limite financeiro aplicável ao conjunto de metas que deverão compor o Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I);



c) apresentar emenda com o objetivo de agregar ações orçamentárias com a mesma finalidade, no âmbito de cada programa, desde que o faça justificadamente;

### 2.3 Dos Critérios de Atendimento de Emendas.

2.3.1 O Relator adotará, como padrão para cada ação que possa vir a compor o Anexo I, o produto, a unidade de medida e a estimativa do custo unitário médio, que lhe correspondam no Plano Plurianual 2008/2011 e, subsidiariamente, na Lei Orçamentária 2008, cabendo à Comissão Mista de Orçamento divulgar o custo unitário médio estimado para ação.

2.3.2 As ações orçamentárias que compuserem o Anexo I devem contemplar metas equivalentes, pelo somatório dos seus custos estimados implícitos, ao montante máximo de R\$21 bilhões. Esse limite se aplica à programação proposta pelo Poder Executivo, com as alterações que porventura ocorram em face de emendas aprovadas no âmbito da Comissão Mista de Orçamento.

2.3.3 Visando ao atendimento de emendas, poderão ser canceladas metas constantes do Anexo I, observado o limite máximo, para efeito do cancelamento, equivalente a 30% (trinta por cento) do custo total estimado implícito para o conjunto dessas metas.

2.3.4 A distribuição dos recursos compreendidos no limite de que trata o item 2.3.2, será efetuada, pelo Relator, com base nas prioridades eleitas pelas bancadas estaduais, pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelos Deputados Federais e Senadores.

2.3.5 Para efeito da distribuição referida no item 2.3.4, consideram-se prioritárias as ações que constituam objeto de emendas propostas por bancada estadual e por comissão permanente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

2.3.6 Também serão consideradas prioritárias, para fins de atendimento, as ações propostas com maior frequência, nas emendas individuais dos parlamentares de uma mesma unidade da Federação, observados os limites mínimos de duas ações e máximo de cinco ações por unidade.

2.3.7 Em caso de empate, o Relator selecionará as ações para fim do disposto no item 2.3.6, com base nos seguintes critérios:

- a) projetos em andamento;



b) ações de maior abrangência geográfica ou demográfica;

2.3.8. Além das prioridades estabelecidas nos termos dos itens 2.3.5 e 2.3.6, poderão ser consideradas prioritárias, observado o limite máximo de 30 (trinta) ações, aquelas que, havendo sido objeto de emendas individuais admitidas, impliquem intervenções de ampla abrangência geográfica ou demográfica, de relevância social, de caráter plurianual ou relativas ao Programa Piloto de Investimentos Público — PPI em 2008, independentemente de qualquer ordem de precedência, preferencialmente em — e aí seguem-se 17 itens.

Gostaria de esclarecer rapidamente que a expressão “*independentemente de qualquer ordem de precedência*” foi colocada porque alguns de nós poderiam achar que a ordem dos itens definiria a prioridade: 1 para o item 1, 2 para o item 2. Não! A ordem de prioridade não está estabelecida pelos itens, os assuntos constantes nos 17 itens são considerados prioritários.

Darei uma breve explicação. Sabemos que as emendas advirão das Sras. e dos Srs. Parlamentares, tanto da Câmara como do Senado. Como estamos estabelecendo como critério, especialmente para as emendas individuais, que essas emendas seriam selecionadas — e esperamos que sejam agrupadas nas próprias bancadas, apesar de serem individuais, o que para nós será mais difícil, já que não teremos a competência que V.Exas. terão, em cada uma de suas bancadas, para definir, com mais coerência, quais as prioridades, necessidades, aspirações etc., para os seus Estados —, a nossa preocupação, ao estabelecer esses itens, é que muitas emendas individuais, importantes, que tenham cunho nacional, não viessem com aquela freqüência necessária para serem acatadas. Tendo em vista isso, formulamos essa relação de 17 itens, que, caso aprovados, darão pano de fundo para a LOA, *a posteriori*.

Nesse sentido, passo a ler os 17 itens:

“1 - Direitos da cidadania, especialmente direitos individuais, coletivos e difusos, bem como direitos da mulher e combate à homofobia e à violência doméstica contra a mulher;” — sem puxar a brasa para a sardinha, é o primeiro item, casualmente.

“2 - saúde, especialmente assistência à criança e ao adolescente, assistência farmacêutica, hospitalar e ambulatorial, vigilância sanitária e epidemiológica,



saneamento básico rural e urbano, políticas preventivas e de combate às endemias e vinculadas à ampliação da capacidade de produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos;

3 - educação, especialmente assistência à criança e ao adolescente, alimentação e nutrição, ensinos fundamental, médio e superior, educações infantil e especial, ensinos tecnológico e profissionalizante, e desenvolvimento científico;

4 - gestão ambiental, especialmente preservação e conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas e controle ambiental;

5 - energia, especialmente mineração, petróleo, gás e biocombustível;

6 - assistência social, especialmente assistência ao idoso, à criança e ao adolescente, ao portador de deficiência e assistência comunitária;

7 - organização agrária, especialmente ordenamento territorial e reforma agrária;

8 - urbanismo, especialmente infra-estrutura urbana e habitação urbana, inclusive habitação de interesse social;

9 - transporte, especialmente transporte hidroviário, ferroviário e rodoviário e controle do tráfego aéreo;

10 - segurança pública, especialmente policiamento, defesa civil, identificação civil, informação e inteligência, e custódia e reintegração social;

11- essencial à justiça, especialmente defesa da ordem jurídica, representação judicial e extrajudicial e direitos individuais, coletivos e difusos;

12 - comércio e serviço, especialmente turismo .

13 - infra-estrutura hídrica para o uso múltiplo de águas, especialmente para barramento, microaçudes e irrigação;

14 - defesa nacional, especialmente reaparelhamento das Forças Armadas, infra-estrutura e manutenção;

15 - trabalho, especialmente erradicação do trabalho infantil, do trabalho precário, do trabalho escravo ou daquele análogo ao de escravo, fiscalização das relações de trabalho, geração de emprego e renda e capacitação do trabalhador;

16 - cultura, especialmente preservação e recuperação do patrimônio histórico cultural, material e imaterial, e seu fomento;

17 - ciência, especialmente tecnologia e inovação.



2.3.9 - A emenda ao Anexo I, quando relativa a obra, deve incluir metafísica suficiente à conclusão de, pelo menos, uma etapa ou trecho.”

Isso aqui é para nos lembrarmos que as obras têm que ter continuidade. Uma vez feita a emenda, deve ter começo e fim.

“Voto:

Em face do exposto, votamos pela aprovação do relatório preliminar do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2009, na forma ora apresentado, bem como dos pareceres que esta Relatoria oferece às emendas apresentadas.”

É o voto ao relatório preliminar apresentado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Cumprimento a nobre Relatora pelo trabalho realizado.

Na medida em que a cumprimento pelo esforço na busca do entendimento na reunião com os Líderes partidários e com os coordenadores de bancada, declaro inadmitidas as Emendas nºs 4, 5, 10, 15 a 20, 24, 27, 30, 39, 49, propostas pela Sra. Relatora, conforme estabelece o art. 146, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006.

Início a discussão do parecer preliminar, bem como a apresentação dos destaques, caso existam.

Peço a seguinte compreensão aos membros da Comissão: se votarmos hoje o relatório, o prazo de emendas se iniciará amanhã. Iniciando-se amanhã, permitirá que cumpramos o calendário.

Este Presidente tem um medo significativo, bem forte — corrigindo claramente o português —, de que comece a Ordem do Dia e tenhamos a nossa pauta interrompida, o que criaria um problema enorme no calendário desta Comissão.

Então, cumprindo o Regimento, dou por iniciados os debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, V.Exa. está inscrito e tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, nobre Senadora, a posição do PSDB é de que apesar de termos avançado no horário do início da sessão, a partir da ponderação da reunião de coordenadores, hoje, poderíamos até ter solicitado que a reunião não se iniciasse, em virtude do prazo legal, mas estamos argüindo uma questão de ordem quanto às emendas



inadmitidas. Necessitaríamos analisar todas as condições legais, apresentadas pela nobre Senadora, em rejeitar essas emendas, inclusive algumas delas que achamos de suma importância, até para aprimorar e avançar, e não essa matéria ser debatida na votação da LDO, propriamente dita. É claro que se trata de relatório preliminar, mas se conseguíssemos acatar algumas emendas, não iríamos, num linguajar mais direto, tocar para frente outro problema que surja depois, com certeza. É claro que há a prerrogativa de fazermos essas emendas. Estamos postergando o debate. Acreditamos, inclusive — não sei qual o critério adotado no tocante ao limitador de receitas —, que não podemos recair na mesma situação do Orçamento do ano passado.

O grande problema do atraso da votação do Orçamento do ano passado não foi no Legislativo, mas no Executivo, que nos colocou um limitador de receita, a CPMF não foi aprovada, e deu no que deu, e fica sempre, num linguajar mais direto, se questionando que a CPMF não foi aprovada, como se a culpa tivesse sido do Parlamento. Muito pelo contrário!

Então, várias dessas emendas tratam dessa matéria, até termos um limitador de receita para que tenhamos um percentual de receitas correntes, a partir do resultado primário, pelo que se observa, que poderia dar essa flexibilidade para avançarmos.

A questão de ordem é nesse sentido. Não é questão de fazer Oposição à proposição, mas aprimorar o processo legislativo, a partir do relatório apresentado pela nobre Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. a compreensão por não utilizar o tempo regimental.

Deputado José Guimarães.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos votar.

Deputado Rodrigo Rollemberg.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, peço a palavra. Quero me inscrever. Miguel Martini.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Rodrigo Rollemberg, vamos votar?



**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos votar.

Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - V.Exa. vai votar todo o relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sim.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Porque, no caso, teria que fazer os destaques. Não haverá destaques?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Não houve apresentação de destaques.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Então, quero apresentar ao item 2.3.8...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tem que ser por escrito, na Secretaria.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu sei. Mas vamos votar da forma como está aqui e as emendas virão depois. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Os destaques devem ser apresentados durante a discussão. Vou encerrar a discussão. V.Exa., quem sabe, consulte a Relatora sobre o seu destaque.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Era exatamente isso o que eu pretendia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Quanto ao item 1, estamos plenamente de acordo com quase tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Isso é muito bom, Deputado. Fiquei tranqüilo agora.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Direitos da cidadania, especialmente direitos individuais, coletivos e difusos, bem como direitos da mulher e combate à violência doméstica contra a mulher. Só não entendo e não considero necessário esse combate à homofobia. É um processo da sociedade, é um processo via legal, a questão do combate à homofobia. Vou dar prioridade ao combate à homofobia no País. Gostaria de saber se V.Exa. retira a expressão ou se terei de apresentar uma emenda depois.



**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. tem a palavra, respeitando a inscrição.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, parece que a Relatora ia responder-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Nossa preocupação é termos as questões bem encaminhadas, a fim de não prejudicarmos o andamento da reunião. Então, por favor, primeiro o esclarecimento da Relatora. Depois vou passar a palavra aos Deputados que a solicitaram.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Eu queria muito brevemente falar ao Deputado Raimundo Matos que, pelo menos pela verificação que fiz, quando as recebi, as emendas são extremamente pertinentes, mas conforme o nosso critério não acataríamos aquelas que teriam de chegar à LDO através de projeto de lei. Foi só esse o motivo do não-acatamento. As emendas são extremamente pertinentes, mas não era o momento apropriado, vamos dizer assim.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Esperamos que sejam acatadas na votação da matéria propriamente.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - No momento apropriado, elas serão acatadas.

Com relação à homofobia, Deputado Miguel Martini, essas ações poderão ser transformadas em emendas, que poderão ser retiradas ou permanecerem. São 17 áreas e 30 ações, e em relação às ações contemplaremos aquelas de acordo com a frequência com que cada Parlamentar apresentar a emenda. Não significa que isso vai entrar como ação. No momento entrou como reivindicação. Isso não foi imaginação nossa nem algo pessoal. São reivindicações de inúmeros setores da sociedade que incluímos para que sejam transformadas em ações. Das 17 áreas constantes, podemos vê-las transformadas em 30 ações, não mais do que isso — e poderá ser menos do que isso. A homofobia pode ou não entrar, vai depender do número de emendas apresentadas à LDO.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É um assunto que poderá versar sobre emendas, o que não quer dizer que haverá emendas. Está em aberto.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Está em aberto. Poderá vir ou não com muita freqüência.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Há uma estranheza porque, como prioridade, penso que não é isso.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Obrigada, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Com a palavra o Deputado Rodrigo Rollemberg.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG** - Muito rapidamente, Sr. Presidente. Apenas gostaria de cumprimentar a Relatora e reiterar o apelo a V.Exa no sentido de que seria da maior importância aprovarmos esse relatório preliminar, que nada mais é do que as regras para a apresentação de emendas à LDO, para que possamos entrar no mérito das emendas à LDO amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar. Vamos votar? Vamos votar, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Senadora Serys, indago a V.Exa. a razão de a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Pedro Eugênio, ter sido rejeitada.

Em primeiro lugar, agradeço-lhe o acolhimento de emenda de minha autoria que coloca Ciência, Tecnologia e Inovação como uma das prioridades.

A emenda do Deputado Pedro Eugênio inclui a possibilidade de se discutir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a renúncia fiscal. Assim como se pode acrescentar despesas, deve-se poder também trabalhar o tema da renúncia numa fase anterior, que é a fase de diretrizes ao Orçamento. Isso não fere a boa prática fiscal ou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não lhe parece?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, houve o aviso de que vai ter início a Ordem do Dia. Se não votarmos agora, não votaremos esse relatório preliminar.



**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Quero, neste instante, fazer um apelo à nobre Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Pois não, Deputado Raimundo.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - A matéria que S.Exa. classificou inadmitida poderia ser classificada como rejeitada para que pudesse ser apresentada como destaque? No momento que S.Exa. coloca que a matéria foi inadmitida, fica impedida qualquer articulação no sentido de apresentarmos destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, Deputado Jorge Bittar, quero mais uma vez esclarecer que houve reuniões com Líderes de bancada e Líderes partidários justamente para se pensar no calendário. Das emendas da Relatora, conforme pudemos examinar, nenhuma cria problema para a elaboração da LDO nem impede a ação de qualquer Parlamentar. E creio ser isso o fundamental. Tenho que me curvar ao Plenário desta Comissão, mas não posso deixar de apelar para que façamos a votação do texto. Depois vamos buscar compor com o Delcídio, que será o Relator do Orçamento, e com a própria Senadora Serys, por sua forma maravilhosa de ser.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que fui rapidíssimo. Apenas tenho uma indagação a fazer.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Segundo o nosso consultor, a renúncia de receitas administrativas (Anexo IV, item 10) seria uma emenda de estimativa, o que no próprio projeto de lei, no capítulo reservado à legislação tributária, seria uma emenda não à estimativa, mas sim à realidade.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Penso que essa matéria terá que ser discutida mais profundamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - É evidente.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Quero apenas que a rejeição a essa emenda não signifique uma espécie de precedente. Podemos deixar essa questão em aberto para discuti-la no futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa. Não havendo mais inscitos, Deputado Colbert. Vamos votar, Deputado?



**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Vamos votar. Senadora Serys, destaquei essa matéria porque entendo que nós, Deputados e Senadores, devemos ter a prerrogativa tanto de acrescentarmos recursos quanto de apresentarmos renúncias. Então, destaquei essa matéria e espero que possamos discuti-la com relação a esse tema especificamente. Entendo que a nossa prerrogativa deve ser mantida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a V.Exa.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, apenas para informar que apresentamos destaque supressivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Haverá destaque.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - A nobre Senadora estava dialogando com sua assessoria e não respondeu à nossa solicitação: justamente de não colocar a matéria no relatório como emenda inadmitida, mas sim como rejeitada, ou seja, trocar o termo “inadmitida” por “rejeitada”.

**(Não identificado)** - A Mesa já considerou inadmitida, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Raimundo, a Mesa já considerou a emenda inadmitida.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sim, mas estou pedindo aquiescência à Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu já a declarei inadmitida. Não existe renovação de votação.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Refiro-me a darmos prosseguimento à sessão regimentalmente, em ritmo acelerado, a toque de caixa. Poderíamos ter pedido a suspensão, no início da sessão, também por atraso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. participou de uma reunião, Deputado Raimundo, em que a Presidência providenciou para que isso surgisse lá.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sem dúvida, concordo plenamente. Por isso, pela sessão que V.Exa. coordenou pela manhã, fomos condescendentes com a reunião às 15 horas, com prazo regimental, e houve o



pedido para que a sessão se iniciasse. Mas penso que não é demais mudar o termo “inadmitida” por “rejeitada”. Pedimos a V.Exa. que acate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. entenda uma coisa, por favor, Deputado Raimundo. Se ela está inadmitida, ela está assim classificada pela assessoria da Câmara e pela do Senado que trabalha o Orçamento e pela nossa Relatora, por estar tecnicamente contra o que determina o nosso Regimento.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Não há tecnicamente contra. A própria Senadora disse que não há tecnicamente contra. Ela disse que essa matéria podia ser objeto de emenda em uma LDO, e o nosso posicionamento era fazer...

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Deve ser emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço, por favor, à Comissão que faça silêncio.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Não houve esse termo. A assessoria não orientou a Senadora nesse termo.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Deveria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A Presidência quer tocar a sessão, mas o barulho está prejudicando. Por favor.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Eu gostaria só de tentar complementar a observação ao Deputado Raimundo Matos de que o nosso parecer pela inadmissibilidade não é por conta do mérito. Não estamos discutindo o mérito. Achamos que é uma emenda plenamente plausível de ser acatada, mas, no corpo do projeto de lei, e não no relatório preliminar.

Não temos nenhuma discordância com relação... Aliás, não estamos discutindo o acatar ou não, por conta do mérito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Senadora, essa emenda pode ser reapresentada?

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Deve ser reapresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Evidente. Mas na LDO.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Deve ser.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Busato. Vamos votar, Deputado Busato?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Vamos. Eu só queria, Deputado Mendes,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Eu quero auxiliar os Deputados. Vamos votar, Deputado?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - ...voltar a insistir naquele tema que nós conversamos anteriormente na reunião, a respeito do... Não me deu segurança, o item 2.3.6, onde diz que *“Também serão consideradas prioritárias, para fins de atendimento, as ações propostas, com maior freqüência, nas emendas individuais dos parlamentares (...) na proporção de 2 ou (...)”* Não me dá garantia, Deputado, de que cada Estado vai ser tratado da mesma maneira.

Para isso, nós fizemos um destaque supressivo, o de nº 1; e o nº 5, outro destaque, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, em que solicita que seja alterado o texto, possibilitando que erros pequenos nas emendas sejam corrigidos depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. vai ter possibilidade de discutir os destaques quando apresentados.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Então, nós temos esses 2 destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito.

Não havendo mais quem queira discutir...

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Presidente, eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Jaime Martins.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - ...registrar, antes de mais nada, nosso apoio, não ao mérito, mas, enfim, à proposição do Deputado Miguel Martini, e dizer que o PR, em homenagem à nossa Relatora e à nossa Presidência, vamos concordar com essa votação, para que ela seja breve, mas sabendo V.Exa., de antemão, que nós temos algumas questões políticas do PR na Comissão que precisamos resolver, para que essa Comissão possa...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Nós só não resolvemos porque ainda não nos sentamos.

**O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS** - Sim. Com certeza. Aguardamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Colbert. (Pausa.) Nada? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques.

Em votação o relatório preliminar e o adendo nas representações da Câmara e do Senado.

Primeiro, na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Isso é competência da nossa Relatora Serys. (Palmas.)

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Também em homenagem à nossa Relatora Serys Slhessarenko.

Há protocolados na Secretaria 6 destaques. O de nº 1 é de autoria do Deputado Luiz Carlos Busato, que solicita a supressão dos elementos constantes do parecer preliminar com emendas apresentadas pelo Relator-Geral.

S.Exa. gostaria de suprimir “(...) *observados o limite mínimo de 2 (duas) ações e máximo (...)*”, do item 2.3.6.

V.Exa. tem 1 minuto para encaminhar o destaque.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Volto a repetir, Deputado: nós gostaríamos que fosse suprimida essa frase: “*observados os limites mínimo de 2 (duas) ações e máximo de 5 (cinco) ações*”, a fim de que ficasse isonômico para todos os Estados: 5 emendas por Parlamentar e 5 por bancada.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Eu acato, Presidente, porque precisamos ter um limite, como o senhor o está fazendo — não é o que nós propusemos, mas está pondo um limite, o que, do meu ponto de vista, não poderia ficar em aberto completamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Obrigado.



A Relatora está dando parecer favorável.

Alguém mais deseja encaminhar? Não pode haver encaminhamento — a nossa secretária me corrige. Só pela Relatora.

A Relatora vota favoravelmente ao destaque.

Em votação.

Os Srs. Deputados que votam com o destaque permaneçam como estão.

*(Pausa.)*

Aprovado o destaque do Deputado Luiz Carlos Busato, Destaque nº 1, na Comissão. Vou escrever um livro em sua memória, Deputado.

Destaque nº 2...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vota no Senado também.

Em votação o destaque no Senado Federal.

Agradeço ao Deputado Carlito Merss pelo seu talento, que está aqui para permitir que o Presidente seja menos ruim.

Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Destaque nº 2, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à Emenda nº 9.

Deputado Raimundo, não é exatamente aquela que nós conversávamos?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Não. Essa é outra. A nobre Senadora acatou parcialmente a de nº 9, incluindo o PPI. A nossa emenda era no sentido PPI/PAC, mas não sei por que o PAC não foi incluído. Era justamente no tocante a essas obras em execução, em termos de empenho, inferiores a 40%, no tocante ao PPI/PAC. O PPI ela acatou e o PAC não. *(Pausa.)*

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Acato, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A Relatora acata.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Que se acrescente o PAC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Há concordância da Relatora.

Assim sendo, coloco em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Aprovado o destaque, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Outro destaque, apresentado pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, à Emenda nº 8.

Suprime-se os itens 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.6 da parte especial do relatório preliminar.

Não me resta alternativa a não ser passar a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Itens 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.6, tenho de reportar ao relatório especial no tocante às emendas individuais na mesma Unidade da Federação para contemplar nos limites feitos. Tenho de pegar o relatório para detalhar aqui o 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.6.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Esses itens já sofreram emendas, destaques, Deputado Raimundo, aprovados e aperfeiçoados. Peço a V.Exa. compreensão.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - O 2.3.6, como disse o nobre Presidente, não precisa ser mais alterado, porque já foi acatado. Agora, com relação ao 2.3.3, V.Exa. colocou os valores no Anexo de Metas, mas não é necessário. O Anexo de Metas é puramente físico. Foram colocados 19 bilhões, foi para 21 bilhões. Mas para aperfeiçoar o relatório de V.Exa. ...

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESARENKO** - É difícil deixar, Sr. Deputado Raimundo Matos, totalmente em aberto, porque, claro, não serão especificados os valores das metas, mas as metas. Inclusive, a partir de amanhã, estará na Internet, na página da Comissão Mista de Orçamento, a média do valor das ações.

E nós sabemos que podemos acolher até um determinado patamar. Por mais que não fique registrado, não adianta. A partir do momento em que sei quanto custa um quilômetro de asfalto, se eu solicitar mil quilômetros de asfalto numa ação, já sei que o valor pode extrapolar, em prejuízo de outras emendas.



Do nosso ponto de vista, não pode ser acatada, uma vez que seria, vamos dizer assim, a espinha dorsal das regras gerais da LDO para elaboração de emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Como Presidente, tenho de colocar em votação o destaque do Deputado Raimundo, lembrando que uma parte do pedido de S.Exa. já está atendida pelo outro destaque recebido. Tenho de colocar o restante do destaque do Parlamentar em votação, com o voto contrário da Relatora.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, dá para ponderar, discutir uma questão ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Só falam o autor e a Relatora.

Não sei se o nobre Deputado mantém o destaque ou se o retira.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Nós temos o próximo destaque, o Destaque nº 4.

Acatamos a proposta da Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está retirado o destaque. Agradeço a V.Exa. a compreensão.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Obrigada, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - O Brasil agradece a V.Exa.

Destaque nº 4, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à Emenda nº 11 (2.4 - da Consolidação do Cenário Econômico Fiscal da PLDO 2009).

V.Exa. gostaria de encaminhar o destaque?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - A nobre Relatora disse que, no Anexo de Metas, 30% do enviado pelo Governo é justamente relativo ao cenário macroeconômico. Entretanto, desse percentual estão sendo acatadas as nossas emendas, as emendas do Congresso. Certo? Então, observamos que não deveria existir esse aspecto no tocante aos 30%. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Peço compreensão aos meus pares.



**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - É à Emenda nº 11 o Destaque nº 4. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Estamos concedendo alguns minutos à nossa Relatora, para que possa se manifestar sobre o Destaque nº 4.

Faltam apenas 2 destaques para cumprirmos a votação do relatório preliminar.

Estamos apreciando o relatório preliminar da LDO, cuja Relatora, Senadora Serys Slhessarenko, realizou reuniões preliminares com coordenadores de bancada e com Líderes partidários para facilitar o entendimento e o andamento da sessão.

Com o destaque apresentado pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, a Relatora faz a análise da proposta.

Com a palavra a Relatora.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Sr. Presidente, Sr. Deputado Raimundo Matos, li, junto com a consultoria, o tema, que é bastante amplo. São temas amplos. Precisamos discutir todos esses temas não só na Comissão Mista de Orçamento, como também no âmbito do Congresso Nacional, inclusive a questão do Fundo Soberano Brasileiro.

Protocolaremos um requerimento na Presidência da Comissão Mista de Orçamento para buscar um debate amplo sobre esse Fundo. São questões mais complexas, mais difíceis de trabalharmos de pronto, de imediato. Talvez o Fundo Soberano nem faça parte da LDO e sim da LOA. Inclusive, está marcada para o dia 28 a discussão dessa questão com o Presidente do Banco Central, Ministro Meirelles.

*A posteriori*, outras instituições e outras organizações da sociedade serão convocadas para a discussão da matéria, porque a decisão advirá da aprovação do requerimento pela Comissão, a fim de esclarecermos não só o Fundo Soberano como o PAC da Indústria, questões amplas que apareceram após a chegada da LDO ao Congresso Nacional. É uma discussão não só desta Comissão, mas do Congresso Nacional.



Portanto, rejeito, com a certeza de que essa discussão precisa acontecer, a fim de se clarear o que consta da LDO, do projeto de lei; ou o que não consta da LDO que entre na LOA, *a posteriori*.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Nobre Senadora, queremos nos reportar, argumentando que esta Comissão é Congresso, é Mista. No momento, V.Exa. coloca que é preciso haver um debate no Congresso.

Talvez na pressa de aprimorar ou votar o relatório preliminar, estamos deixando assuntos para depois. Cada vez mais pode-se complicar. Todos somos conscientes de que essas 2 matérias, o Fundo de Desenvolvimento Produtivo e o Fundo Soberano Brasileiro, foram oficializadas após o envio da LDO.

Então, nossa solicitação é justamente já se ter essa consolidação a partir dessa matéria aprovada. Por quê? Porque essa matéria é de LDO, não de LOA. Queremos a aquiescência de V.Exa. nesse sentido. É claro que estão sendo votadas nesta Casa a reforma tributária e várias outras questões. Acho que esta Comissão é mais normativa do que qualquer outra.

Por isso nossa solicitação às Sras. e Srs. Deputados, às Sras. e Srs. Senadores de acatarmos esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos votar o Destaque nº 4.

V.Exa. vota o destaque?

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Vamos ver se a Relatora acata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A Relatora explica que não existe nenhuma delimitação com relação às questões suscitadas. Não existe nada definitivo. Existem entrevistas, ponderações.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Sem dúvida, concordo com a relevância desses temas já abordados aqui. Até acredito que eles advirão para a Relatoria através de emendas.

Não sei...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Desculpe eu interromper, mas estão requerendo audiência pública. Não é isso?



**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - O Presidente nos lembra que estamos requerendo audiência pública na Comissão Mista de Orçamento para discutir essas temáticas, as quais poderão, a partir daí, originar emendas, inclusive, da LDO. Não sei se constarão ou não. Até onde me informei, por exemplo, há algumas questões que não serão de competência da LDO e sim da LOA.

Então, tenho dificuldade...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Concordo plenamente com a audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Acho que, com a audiência, mais um motivo de acatar o destaque, porque passa a ser peça da LDO.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Tenho de submeter à votação.

Em votação o destaque apresentado pelo Deputado Raimundo Gomes de Matos, recomendando, a Relatora, a negativa do destaque.

Os Deputados que aprovam permaneçam...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, os que são a favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Permaneçam como estão.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** -...aprovam o destaque; os que são contra, votam com a Senadora Serys. É isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Exatamente.

Aqueles que aprovam os destaques permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Queremos registrar o voto contra do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Indicando o voto contra do autor.

Isso parece aquela eleição: 1 voto eu vou ter. *(Risos.)*

Não submeto à representação do Senado.



**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Não, não. Contrário o PSDB. (*Risos.*) Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Destaque nº 5, do Deputado Luiz Carlos Busato, à Emenda nº 53, do Deputado Pedro Fernandes.

Deputado Luiz Carlos Busato, V.Exa. está com a palavra por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Deputado Mendes Ribeiro, nessa emenda que foi rejeitada pela nobre Senadora, de nº 53, de autoria do Deputado Pedro Fernandes, S.Exa. apenas solicita que se acrescente no item 2.2, nos Critérios de Admissibilidade, a possibilidade de a consultoria da Comissão de Orçamento fazer alterações simples, de pequena ordem, que não alterem a real intenção. Isso, evidentemente, pode dar um pouco mais de trabalho para a Comissão. Mas, às vezes, os Deputados perdem uma emenda de um valor inestimável, por um pequeno erro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Busato, V.Exa. me permite?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A Comissão vai fazer um debate com as assessorias parlamentares, para que sejam esclarecidas as dúvidas. Mas, *data venia*, nós não podemos colocar isso por escrito no texto, até porque não existe a figura da consultoria. Existe a Comissão de Orçamento, que vai se manifestar por intermédio dos Parlamentares, que podem buscar assessoramento técnico quando assim entenderem.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - O destaque que nós solicitamos, do Deputado Pedro Fernandes, foi rejeitado. Então, nós solicitamos à Senadora que reconsidere essa rejeição e analise a proposta do Deputado Pedro Fernandes, no sentido de que, no caso de pequenos erros, se possa salvar a emenda de um Deputado. Às vezes, por um pequeno erro, perde-se uma emenda. Então, isso aqui é para defender os interesses dos Deputados nas suas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Desculpe-me, Deputado Busato, mas essa é uma questão que cabe à Relatoria. Não existe assessoria da Comissão. Existe a assessoria do Senado e a da Câmara. Eu pediria a V.Exa. que reconsiderasse a apresentação do destaque da emenda.



**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Eu preferia que fosse à votação, Deputado, uma vez que estou atendendo a uma solicitação do Deputado Pedro Fernandes, que não está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A liderança de V.Exa. certamente passaria por cima disso.

Relatora.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Na realidade, acho que o Presidente já esclareceu. Mas, como já foi dito aqui, a Comissão Mista de Orçamento não tem como aprovar esse destaque, visto que a consultoria de Orçamento não existe. Se ela não existe, não pode ter uma função. Quer dizer, já começamos a discussão por aí. E eu também considero que o importante é a Comissão. É o papel da Comissão aprovar ou rejeitar. Então, nós estaríamos abrindo mão do papel que temos para um órgão que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Vamos votar, Relatora.

Encaminho o voto do destaque do Deputado Busato, com a recomendação da Relatora para a rejeição do mesmo.

Aqueles que votam com o voto da Relatora permaneçam como estão.  
(Pausa.)

Aprovada a sugestão da Relatora, contra o voto do Deputado Busato, que vou constar em ata. Pela sua liderança, poderia até ter poupado o trabalho.

Rejeitado o destaque do Deputado Luiz Carlos Busato.

Não vai ao Senado.

O próximo destaque é o de nº 6, do Deputado Colbert Martins, à Emenda nº 1, do Deputado Pedro Eugênio.

Deputado Colbert.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo à nobre Relatora.

V.Exa., por exemplo, tem um projeto de desenvolvimento do extremo sul. Isso implica renúncia de receita. Senadora Serys, nós, Deputados e Senadores, não podemos nos furtar à possibilidade. Se tivermos que renunciar a receitas, nós podemos fazê-lo no relatório original.



V.Exa. desconsiderou a proposta do Deputado Pedro Eugênio. Eu reitero aqui que, se V.Exa. puder reconsiderar... Nós podemos tanto aumentar receita quanto reduzi-la. Se podemos desonerar, por que vamos amputar o direito de fazê-lo?

Apelo a V.Exa., então, em nome do próprio Presidente, Mendes Ribeiro, que tem um projeto dele mesmo, que pode... Ele vai ser impedido de renunciar à receita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. não sabe como está contribuindo para ser derrotada essa emenda, falando em nome da Presidência. *(Risos.)*

Faltam 5 minutos para encerrarmos a sessão.

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Sr. Presidente, vou na mesma linha do Deputado Colbert Martins. Se podemos aumentar, também podemos votar pela renúncia de receita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Agradeço a manifestação a V.Exa., mas eu só posso, infelizmente, ouvir o autor.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Colbert, o mesmo destaque do Deputado Jorge Bittar, que, com base no Anexo IV, item 10, a renúncia de receitas administradas. A emenda feita aqui, fica apenas como sendo sob estimativa, quando tem que ser tratada na lei, no corpo da lei como...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - No capítulo de alterações da legislação tributária. Tá certo. No corpo da lei, Deputado Colbert.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. retira o destaque?

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - É possível retirar o destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Sempre que V.Exa. quiser.

**O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS** - Se for possível retirar o destaque, nós nos preparemos para que o corpo da lei possa abrigar esse destaque logo em seguida.

Peço retirar o destaque, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está retirado o destaque.

O último destaque, do Deputado Miguel Martini, o Deputado está excluindo a expressão “combate à homofobia”.

V.Exa. tem 1 minuto para justificar.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, acho que estão bem colocadas as prioridades dos direitos — diretos da cidadania, especialmente direitos individuais, coletivos e difusos, bem como direitos da mulher e à violência doméstica contra a mulher. Se vamos dizer combate à homofobia, deveremos dizer combate também à violência que os idosos sofrem, que o índio sofre, que os deficientes sofrem, enfim, os que pensam diferente sofrem. Por que eu vou especificar 1 como prioridade? Estaríamos sendo injustos. Eu acho que nos direitos da cidadania, ele já estaria incluído, como os outros todos. Não tem sentido especificar 1 determinado: homofobia. Por que não os idosos? Por que não os deficientes? Por que não as crianças de rua? Por que não, não sei o quê? Entendeu? Então, não tem sentido. É por isso que peço a exclusão desse texto.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Deputado Miguel Martini, no próprio cabeçalho, na 2.3.8 está escrito, em negrito, “*preferencialmente em*”. Preferencialmente. Não está excluindo ninguém e pode ser incluído violência contra o idoso, contra esse, contra aquele. Contra todos os segmentos da sociedade.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Pois é. Eu acho, Relatora, se me permite, que já está incluído nos direitos de cidadania, como todos os outros. Estou especificando 1 e excluindo os outros. Se especifico 1, excluo os outros.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Acho que deveria incluir outros. Por isso sou contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - A Relatora mantém o texto.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Encaminho, pedindo voto dos companheiros para excluirmos, porque é injusto incluir 1 categoria e excluir as outras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Perfeito. Vamos ao voto.



Aqueles que votam com o destaque que exclui o combate à homofobia com o parecer contrário da Relatora permaneçam como estão. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Está certo: aqueles que votam com o destaque...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - V.Exa. se manifeste.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Deputado Carlito Merss, só um minuto. Não vamos criar conflito onde não existe. Eu vou repetir a votação.

Em votação o destaque apresentado pelo Deputado Miguel Martini, de nº 7, que exclui do texto a expressão “*combate à homofobia*”, com parecer contrário da Relatora.

Aqueles que votam pela manutenção do texto permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Quem é contra a manutenção do texto? *(Pausa.)*

O Relator está votando contra o Deputado?!...

**(Não identificado)** - V.Exa. perguntou quem é contra a manutenção do texto. Eu sou contra a manutenção!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aqueles que são contra a manutenção do texto permaneçam como estão. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, pergunta só quem estiver a favor da Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Aqueles que são a favor da manutenção do texto, de acordo com o voto da Relatora, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Mantido o texto. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) – V.Exa. me perdoe, mas não.



Foi mantido o texto de acordo com o voto registrado no destaque. Não vai ao Senado Federal.

Não há mais destaque.

Vou colocar em votação.

Quero declarar aprovado o relatório preliminar apresentado pela Relatora Serys Slhessarenko.

Cumprimento cada um dos Parlamentares da Comissão, em especial a Relatora.

Concedo a palavra à Relatora. Mas lembro a S.Exa. que temos mais pautas.

**A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO** - Sr. Presidente, agradeço a todos os Srs. Parlamentares e quero dizer que tem sido muito importante a forma como temos trabalhado, reunindo-nos com os Líderes de bancada, com os Líderes partidários e discutindo, mais aberta e mais profundamente, todos os assuntos da Comissão Mista do Orçamento.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Ordem do Dia.

Pauta nº 7.

Aviso nº 18, de 2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º, do art. 71, da Constituição Federal, o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao primeiro trimestre do exercício de 2005. Relator: Deputado Natan Donadon.

Voto pelo arquivamento da matéria.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

**O SR. DEPUTADO NATAN DONADON** - Sr. Presidente, vou ler o Voto.

Trata-se do exame do relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro trimestre de 2005.

*(Intervenções paralelas fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mendes Ribeiro Filho) - Por favor! O Deputado Natan Donadon está com a palavra, lendo seu voto.

Passo a palavra ao Deputado Natan Donadon.



**O SR. DEPUTADO NATAN DONADON** - Sr. Presidente, trata-se do exame do relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro trimestre de 2005.

Da análise efetuada, não se verificou nenhum evento que demandasse alguma providência de parte do Congresso Nacional.

Cabe dizer que a atuação do Tribunal de Contas da União tem se mostrado favorável à sociedade, uma vez que o benefício decorrente do controle externo não pode ser medido apenas pelos valores, mas também pela atuação pedagógica e preventiva, no sentido de inibir possíveis danos aos cofres públicos.

Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão: a) tome conhecimento do relatório de atividade do Tribunal de Contas da União, referente ao primeiro trimestre de 2005; b) autorize o arquivamento dos autos.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gim Argello) - O relatório está em discussão.

*(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Pauta 8.

Aviso nº 3/2008-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2007.

O Relator é o Senador Gilberto Goellner, que está ausente.

Fica para a próxima reunião.

Requerimento nº 4/2008, que requer a realização de reunião de audiência pública para conhecimento dos danos causados pelas constantes secas que têm



atingido o Estado do Rio Grande do Sul e solicita que sejam convidadas as seguintes autoridades: Dr. Rogério Ortiz Porto, Secretário Extraordinário da Irrigação e Usos Múltiplos da Água, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Coronel Edson Ferreira Alves, Chefe da Casa Militar do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Coordenador da Defesa Civil no Estado; Prefeito Flávio Lammel, Presidente da Federação das Associações de Municípios no Estado do Rio Grande do Sul — FAMURS; 3 Prefeitos de Municípios situados nas áreas atingidas, no Estado do Rio Grande do Sul, a serem nominados posteriormente.

Autor: Deputado Eliseu Padilha.

Para apresentação do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Eliseu Padilha.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esse requerimento é explicitável pelo seu próprio enunciado. Começamos a conviver no Sul do Brasil com estiagens e secas, fenômenos naturais que eram consagrados só ao Nordeste e, algumas vezes, ao Centro-Oeste do País. Agora, o Sul, especialmente o Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e uma parte menor do Estado do Paraná, estão tendo perdas consideráveis. O meu Estado do Rio Grande do Sul perdeu este ano cerca de 20% da sua safra de soja e 16% da safra de milho — uma perda de 2,4 bilhões por falta de prevenção. Que prevenção? Chuva em abundância no inverno e falta de água no verão, que é o momento da safra.

Portanto, é preciso se criar uma política de irrigação nesses 3 Estados, para que se possa minorar os efeitos desse grande mal que é a falta do líquido precioso, e isso se faz com previsão pública. E a maior previsão pública é o Orçamento da União. Daí por que queremos trazer aqui representantes do Estado para mostrar esse fato e, a partir dessa consciência ou da consciência da existência dele, nós possamos tratar disso também orçamentariamente.

Essa é a razão do requerimento. E eu pediria à Casa que nos dê oportunidade para demonstrar que o Rio Grande do Sul sofre efetivamente, e de forma já muito expressiva, com os efeitos da seca.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gim Argello) - O requerimento está em discussão.



Tem a palavra o Deputado Carlito Merss.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação ao Deputado Eliseu Padilha: no sentido de que pudéssemos encaminhar um requerimento ou fizéssemos um contato com o Ministério da Integração.

Eu entendi o argumento de V.Exa. É óbvio que havia um ponto de vista até preconceituoso — e V.Exa. sabe do que eu estou falando. Eu sou de Santa Catarina, e lembro-me de anos atrás que, quando se tocava no assunto seca, éramos remetidos à figura do nordestino preguiçoso. E eu tive embates duros. O oeste de Santa Catarina, o noroeste do Rio Grande, o oeste do Paraná passam por um processo que agora todo ano se repete. Aqueles agricultores que antes viam o Nordeste como um lugar de preguiça, onde não se produzia, hoje já estão revendo suas posições. Acho que esse tema é fundamental.

Não o conheço, mas imagino que o Dr. Rogério, pelo cargo que ocupa de Secretário Extraordinário de Irrigação e Usos Múltiplos da Água, com certeza teria maior autoridade nessa área. Eu só solicitaria, Sr. Presidente, que fizéssemos essa solicitação ao Ministério da Integração, ou que eventualmente algum membro desta Comissão fosse também membro da Comissão de Integração Nacional, para que já pudéssemos aproveitar esse tema que considero importante. Uma Comissão que tenha a ver com o Ministério da Integração. Acho que seria a Comissão de Desenvolvimento Urbano. Deixem-me só checar aqui, porque não tenho certeza. Uma Comissão ligada às ações do Ministério da Amazônia e Integração.

Tenho certeza de que o Ministro Geddel ou o Secretário Nacional de Irrigação virá. A gente pode incluir o Ministro e o Secretário. O Ministério... Porque ou o Ministro vem, ou ele manda o Secretário Nacional de Irrigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gim Argello) - Pois não, Deputado Carlito Merss. Com a autorização do Deputado Eliseu Padilha, está incluído também; fica alterado o requerimento, acrescentando-se um representante do Ministério da Integração Nacional.

O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pauta 9, item 1.

O Relator, Deputado Milton Monti, não está presente. Passaremos à próxima.

Ele estará na próxima reunião.

Pauta 3, item 2.

O Relator, Deputado Eduardo Amorim, também não está presente. Virá na próxima reunião.

Solicito ao Plenário a inclusão extrapauta da errata para saneamento de erro material em emendas apresentadas ao Projeto de lei nº 30, de 2007 (CN) — projeto de lei orçamentária para 2008 —, encaminhado ao Presidente da Comissão, Deputado Mendes Ribeiro Filho, por meio do Ofício nº 1, de 2008, de 15/05/08, pelo coordenador técnico do processo orçamentário para 2008, Salvador Roque Batista Jr., em observância ao disposto no art. 152 da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional.

O requerimento de inclusão está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Apreciação da errata para saneamento de erro material em emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2008 encaminhado ao Presidente. O Presidente é quem realmente encaminha essa matéria.

A errata está em discussão.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Para um esclarecimento. A errata exatamente de quê? Não tenho o requerimento em mão para que eu possa ter esclarecimento e votar.



**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gim Argello) - São erratas apresentadas. Não estão na posse dos Srs. Deputados. Estão entregando aí. São todas essas solicitações que estão nesse anexo.

**O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA** - Estou esclarecido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Gim Argello) - A errata está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar, convoco as seguintes reuniões:

- dia 27 de maio, terça-feira, às 15h, reunião do colegiado de representantes das lideranças partidárias para definição dos coordenadores e membros dos comitês permanentes;

- dia 28 de maio, quarta-feira, 14h30m, reunião ordinária da Comissão e, às 15h30m, reunião conjunta de audiência pública com a presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Informo que, caso o relatório do eminente Deputado Jorge Khoury, sobre a Medida Provisória 430, seja entregue, também ela será considerada, analisada e votada em uma extraordinária, dia 27 de maio, às 15h.